

ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 30 de setembro de 2024.

Ao  
Sr. Herbert Correia Barros  
Advogado do Município

Ref. Pregão Eletronico nº 034/2024

Venho através deste encaminhar os seguintes documentos:

- Recurso Administrativo interposto pela empresa Rosso Abatedouro Ltda.
- Contrarrazões de Recurso apresentados pela empresa Odalan Transportes e Distribuidora Ltda..

Diante da necessidade em dar continuidade ao processo licitatório já citado, solicito ao procurador do município que faça manifestação, através da emissão de seu parecer jurídico.

Segue dos documentos acima citados.

  
**CLAUDINEI FERREIRA**  
Pregoeiro



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E INTEGRANTES DA EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS – PARANÁ**

**PREGAO ELETRONICO Nº 034/2024**

A empresa empresa **ROSSO ABATEDOURO LTDA**, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Estrada Rural, Lote Rural nº 09, Linha Gaúcha Buricá, Município de Santa Helena/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.046.496/0001-08, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **ELOI ROSSO**, portador do documento de CPF nº **020.121.949-23**, Vem, tempestivamente, com fundamento nos princípios da ISONOMIA, RAZOABILIDADE E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, e invocando a Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021), apresentar...

**RECURSO ADMINISTRATIVO,**

Tendo em vista a classificação e habilitação da empresa "**ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA**" para os lotes 57, 58, 59, 60, 61 e 64, por decisão do Douto Pregoeiro, exarando e fundamentando suas RAZÕES RECURSAIS, entretanto, verificou-se irregularidades, uma vez que há indícios de caracterização de conluio/cartel.

Todavia, conforme apresentado na intenção de recurso, duas empresas classificadas possuem o mesmo grupo econômico/familiar, são elas: **ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA** e **56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES**. Mostrando a intenção de macular o certame, inviabilizando o exercício do princípio da ampla competitividade licitatória. Razão pela qual se faz necessária a apresentação do presente recurso.



## **DAS RAZÕES PARA INABILITAÇÃO DA RECORRIDA**

Conforme destacamos sucintamente acima e nas nossas intenções de recursos as empresas classificadas no certamente, as quais sejam: **ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA** e **56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES**, pertencem ao mesmo grupo econômico e familiar, atentando contra à ampla competitividade do certame.

Tal afirmativa é cônica, que em alguns itens a primeira e segunda colocada são as mesmas empresa já citadas acima, não havendo disputa de preços, diferença pouca nos valores entre as licitantes, para outros itens primeira colocada apresenta preço quase inexequível, se caso não compensasse o valor ganho, e fosse declarada inabilitada por conta de ter apresentado proposta inexequível, para que a empresa do mesmo grupo econômico, herdasse e adjudicasse o objeto com um preço maior, trazendo prejuízo para à Administração Pública e cerceando o caráter competitivo do certame.

**ESTAMOS DIANTE DE UMA CLARA FRAUDE LICITATÓRIA, DEVIDO EXISTÊNCIA DE UM CRISTALINO CONLUÍO/CARTEL DAS EMPRESAS.**

Feito essa análise preliminar, é preciso destacar que as empresas **ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA** e **56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES**, pertencem ao mesmo grupo econômico/familiar.

A empresa **ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA** tem como sócio proprietário o Sr. **ODAIR STEFAN NUNES**, inscrito no CPF nº 022.317.269-39 e RG nº 7.209.215-5 SESP/PR, já a empresa **56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES**, tem como Proprietário o Sr. **ELIAS EVALDO NUNES**, inscrito no CPF nº 051.293.769-94 e RG nº 8.963.745-7 SESP/PR, são irmãos, possuem grau de parentesco de 2º grau.





Havendo elementos que condizem que as empresas trabalharam de forma conjunta, estabelecendo estratégias para que a adjudicação do objeto ficasse com o mesmo grupo.

O conluio entre licitantes (ou cartel) é uma prática vedada em as legislações de licitações (Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/2002, nº 13.303/2016, nº 14.133/2021, etc.) busca, primordialmente, impedir/restringir a ampla concorrência.

O método de detecção de fraude e corrupção em contas públicas da organização Transparência Brasil atenta para o julgamento negligente e exemplifica:

Neste caso, passam despercebidos erros grosseiros, falhas facilmente visíveis, ausência de documentos, evidências explícitas de montagem, simulação, adulteração, conluio, combinação entre licitantes. É caracterizado pelo desleixo, descuido, displicência, omissão, desatenção, falta de zelo, falta de cuidado proporcional aos riscos da atividade de processar o julgamento da licitação (Transparência Brasil - O método de detecção de fraude e corrupção em contas públicas. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Metodos%20Detec%C3%A7%C3%A3o%20de%20Fraude.pdf>).

A Lei Federal nº. 12.529 estabelece tal prática inclusive como infração contra à ordem econômica:

Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: [...] §3º: I - acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente, sob qualquer forma: [...] d) preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública. (Lei nº 12.529/2011).





Entretanto, o TCU tem recomendado aos órgãos/entidades da Administração Pública a verificarem, quando da realização de licitações, junto aos sistemas Sicafe, Siasg, CNPJ e CPF o quadro societário e o endereço dos licitantes, com vistas a verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos ou **RELAÇÕES DE PARENTESCO**, fato que, analisado em conjunto com outras informações, poderia indicar a ocorrência de fraudes contra o certame. Assim, para minimizar a possibilidade da ocorrência de conluíus entre licitantes, seria recomendável que os pregoeiros e os demais servidores responsáveis pela condução de procedimentos licitatórios, tomassem ciência da composição societária das empresas participantes dos certames, de forma a estarem atentos a atitudes potencialmente suspeitas, envolvendo essas empresas. (Acórdão nº 1793/2011-TCU Plenário).

Como consequência, é possível que empresas atuem como "coelho", ou seja, reduzindo os preços a fim de desestimular a participação de outros licitantes na etapa de lances, desistindo posteriormente do certame para beneficiar a outra empresa que esteja participando do conluio, que, por sua vez, acaba sendo contratada sem ter apresentado a melhor proposta, provocando, assim, prejuízo para a Administração.

Ademais, a prática de conluio entre licitantes tem sido amplamente condenada pelo Tribunal, a exemplo dos julgados consignados nos Acórdãos 2.143/2007-TCU-Plenário e 1.433/2010-TCU-Plenário, que declararam a inidoneidade das empresas envolvidas e aplicaram multas aos gestores coniventes com a situação.

Portanto, entendo que, com base na Jurisprudência do TCU, não seria possível fixar em edital de licitação cláusula vedando a participação de empresas com sócios em comum ou relação de parentesco, cabendo a administração a verificação da composição societária entre os participantes da licitação (sócio em comum, pai e filho, irmãos, mãe e filho, etc), para identificação de possíveis condutas potencialmente suspeitas (propostas com coincidência de texto, aí incluídos incorreções textuais e valores grafados, licitantes "coelhos", etc), para então poder inabilitar ou



desclassificar a empresa, e caso seja detectada fraude a licitação, instaurar processo administrativo para declaração de inidoneidade das empresas envolvidas.

Ademais, tal configuração de caracterização de conluio/cartel configura crime que busca frustrar o caráter competitivo do certâmen. Vejamos o que dispõe o artigo 337- F da Lei nº. 14.133/2021 dispõe ainda que:

Frustração do caráter competitivo de licitação Art. 337-F.  
Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório: Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

A Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais assenta:

Como se infere dos termos da exordial, há perfeita adequação típica dos fatos narrados à norma abstrata, pois sobejam indícios de que ambas as empresas **ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA** e **56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES**, tinham prévio conhecimento, entre si, das propostas oferecidas no certame, estando todos os seus sócios envolvidos no conluio destinado a frustrar o seu caráter competitivo".(HC 200402010083407; 3626. TRF2).

Dessa forma, é cristalina a existência de atos que atentam contra os princípios basilares da administração pública, em especial da ampla competitividade e da probidade e moralidade, uma vez que as empresas classificadas atuaram de forma conjunta. Assim sendo se faz necessário a inabilitação da empresa Recorrida, bem como seja encaminhado os autos ao Ministério Público Federal para que se apure a conduta das empresas.





## REQUERIMENTOS:

Ex positis, requeremos a Vossa Senhoria:

- a. Seja intimada a empresa vencedora/Recorrida para, querendo, apresentar suas contrarrazões de recurso administrativo.
- b. Seja reconsiderado o ato, a fim de declarar inabilitada a empresa Recorrida por evidência de conluio/cartel buscando inviabilizar o caráter competitivo do certamente, atentando contra os princípios da administração pública de moralidade, probidade, soberania do interesse público;
- c. Ad argumentatum tatum, não sendo reconsiderado a decisão, que seja o presente Recurso Administrativo remetido à Autoridade Superior, para analisar as razões do Recurso e dar seu devido provimento.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Santa Helena/PR, 18 de Setembro de 2024.

ROSSO ABATEDOURO  
LTDA:1804649600010  
8

Assinado de forma digital por  
ROSSO ABATEDOURO  
LTDA:18046496000108  
Dados: 2024.09.18 10:45:25 -03'00'

**ELOI ROSSO**

**Representante legal da empresa**



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE  
LICITAÇÃO DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS- PR.

#### LICITAÇÃO Nº 34-2024

Objeto: Aquisição de alimentos e produtos de higiene e limpeza para atender as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

**ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTD** ("Recorrida"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.758.224/0001-09, com sede à Rua Cuiaba, nº 299, Industrial, na cidade de Céu Azul, Paraná, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. **ODAIR STEFAN NUNES**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7209215-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 02231726939, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **ROSSO ABATEDOURO LTDA** ("Recorrente"), também qualificada, pelos motivos a seguir alinhavados:

#### 1. SÍNTESE DO PROCESSADO

Trata-se de recurso administrativo contra a habilitação da empresa recorrente, alegando, *em apertada síntese*, que a recorrida teria em conluio com a empresa 56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES fraudado a licitação, uma vez que supostamente integram o mesmo grupo econômico/familiar, alegando conluio e cartel.

Alega, ainda, que a empresa 56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES teria apresentado um preço inexequível e declarada inabilitada para que a recorrida "*herdasse e adjudicasse*" o

objeto do certame por um preço maior, trazendo assim prejuízo para a administração pública e cerceando o caráter competitivo.

Por fim, pretende que *“Seja reconsiderado o ato, a fim de declarar inabilitada a empresa Recorrida por evidencia de conluio/cartel buscando inviabilizar o caráter competitivo do certamente, atentando contra os princípios da administração pública de moralidade, probidade, soberania do interesse público”*. (sic)

É o relato do essencial!

## 2. DO MÉRITO

Pois bem. O processo licitatório é um procedimento administrativo burocrático, tendo por finalidade a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública a partir de uma disputa isonômica e competitiva.

A norma inserida no artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, preceitua: *“a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Importa observar que inexiste vedação legal à participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em procedimento licitatório.



Ressalte-se a inexistência de vedação legal à participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em procedimento licitatório. O que há nessa seara é a vedação da participação de empresas consorciadas (art. 33, Lei nº 8.666/93), que não se confundem com empresas de um mesmo grupo econômico, e que de resto não foi vedado no certame ora em análise. Veda-se também apresentação de duas propostas por uma mesma empresa no mesmo procedimento licitatório (art. 33, IV, Lei nº 8.666/93), o que igualmente não ocorre no caso específico dos autos.

Assim, não podem ser impedidas de participar individualmente em licitação empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico, quando presentes elementos comprobatórios de sua plena qualificação pessoal (personalidade jurídica, capacidade técnica e idoneidade financeira próprias), ausente prova de fraude ou conluio para frustrar o caráter competitivo do certame.

O que deve ser observado é como atua cada uma das empresas, ou seja, se cada uma tem, ou não, existência real e vida independente, não se podendo presumir a ocorrência de fraude apenas por força da relação de parentesco entre os titulares do controle societário.

Portanto, em se tratando de empresas reais e diversas entre si, com funcionamento autônomo, não há que se falar em violação aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios.

Frise-se: é vedada a apresentação de duas propostas pela mesma empresa, mas nada impede que empresas distintas, apresentem diferentes propostas, ausente o conluio entre os participantes para fraudar o procedimento.

No direito pátrio existem dois tipos de grupo econômico, o legal, previsto na Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), em seus artigos 265 a 267, que apresenta a figura do grupo econômico de direito, e o grupo econômico de fato, previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas, em seu artigo 2º, §§2º e 3º.

Tanto na seara comercial quanto na seara trabalhista, para a caracterização de “grupo econômico” há imperiosa e inafastável necessidade de existir vínculo jurídico ou de fato, pelo qual uma determinada empresa exerça “**poder de mando**” sobre outra(s).

Nesse contexto, *in casu*, a recorrida não possui qualquer interdependência jurídica ou econômica para com a empresa 56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES



, de modo que não possuem sócios ou administradores em comum, não compartilham sede e muito menos recursos materiais ou financeiros.

Noutras palavras, não existe formação de grupo econômico entre tais empresas, o que se extrai dos balanços apresentados, em que se identifica total independência financeira e de controle.

Obviamente, a recorrente pretende induzir o julgador a erro, mediante várias presunções para retoricamente constituir um suposto grupo econômico para o fim de justificar a sua mendaz alegação de fraude.

Entretanto, é preciso uma visão global e de conjunto do processo e não uma abordagem particularizada de um ou outro seguimento desvinculado.

E, nessa quadra, a realidade é que a recorrente não provou uma linha sequer de suas alegações, pois, assenta-se em meras *presunções* pautas na relação de parentesco entre os proprietários, o que **não quer dizer absolutamente nada!**

Em nenhuma passagem do recurso há a indicação de provas no sentido de que as empresas ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA teriam de alguma forma fraudado a licitação.

Pelo contrário, a recorrida apoia-se em perigosa presunção, ou seja, na ilação que se retira de um fato conhecido ("parentesco") para deduzir a existência de outro ("consilium fraudis").

**São duas empresas diferentes, com atividade econômica principal diversa, consolidadas no mercado, com capacidade técnica própria, endereços distintos, idoneidade financeira próprias e que não possuem identidade de sócios, mesmo controle ou subordinação entre elas.**

Na jurisprudência, a caracterização de grupo econômico impõe a demonstração de que uma determinada empresa pertença a grupo de sociedades **sob o mesmo controle e com estrutura meramente formal**, o que ocorre quando diversas pessoas jurídicas do grupo exercem suas atividades sob unidade gerencial, laboral e patrimonial, e, ainda, quando se visualizar a confusão de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé com prejuízo a credores. (RESP 968.564, Min. Arnaldo Esteves de Lima, DJe de 02/03/2009).

No caso, nenhum dos elementos *sus* mencionados encontram-se presentes a fim de configurar o alegado grupo econômico, até mesmo, por conta da ausência do liame de subordinação, bem como a independência financeira que se extrai dos balanços de cada uma delas, onde se percebe serem empresas consolidadas no mercado e de sucesso.

Inexistem quaisquer indícios de conduta suspeita ou fraudulenta por parte da recorrida. Não se pode admitir em nosso direito a presunção segundo a qual a relação entre os sócios (parentesco), por si só, já implicaria em violação à isonomia e à moralidade, acarretando favorecimento a determinada pessoa física ou jurídica.

Isto porque, o Estado negaria injustamente, o direito de acesso ao mercado público e, dessa forma, a prestação de serviço e consequentemente o acréscimo patrimonial legítimo de determinada empresa, tão somente pelo fato de um de seus sócios ser parente do sócio de outra empresa participante do certame, sem que seja provada qualquer ilicitude quanto a isso

Esse, inclusive, é o entendimento consubstanciado pelo TCU, *in verbis*:

“61. Quanto à participação em licitações de empresas com sócios em comum ou com grau de parentesco, motivo da oitiva da maioria das empresas ouvidas, assiste razão ao órgão instrutivo. **A jurisprudência dominante deste Tribunal é no sentido de que NÃO há, de fato, vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco.**

62. No entanto, ressalva-se, que a demonstração de fraude à licitação exigiria a evidencição do nexo causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação (Acórdãos 2.803/2016-TCU-Plenário, Ministro Substituto André de Carvalho), o que não ficou caracterizado no presente caso. Como deixei consignado ao relatar o TC 030.778/2012-3 (Acórdão 721/2016-TCU-Plenário), **“a existência de relações de parentesco entre sócios de empresas concorrentes, por si só, NÃO caracteriza frustração ao caráter competitivo da licitação, exceto se verificados elementos que**



---

apontem para a burla de tal princípio". (TCU, Acórdão 952/2018 - Plenário, voto do Min. Rel. Vital do Rêgo, Sessão do dia 02/05/2018).

O Tribunal de Contas da União, no julgamento do Acórdão 2803/2016 Plenário, de relatoria do Ministro-Substituto André de Carvalho deixou claro que "*a demonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexa causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação*". (Informativo de Licitações e Contratos nº 309)

E mais, o TCU tem decidido reiteradamente sobre a possibilidade de participação de empresas com sócios comuns ou com grau de parentesco participarem de uma mesma licitação.

Ora, se até empresas com sócios em comum podem participar de processos de licitação, não se configura relevante, no presente caso, o argumento de que as empresas apresentam dirigentes com relação de parentesco.

Nesse sentido, a recorrente não comprovou o nexa causal entre a conduta das empresas que pudesse resultar na frustração dos princípios e objetivos da licitação, como ensina o próprio TCU.

O simples fato das empresas possuírem sedes em endereços próximos ou de existir vínculo de parentesco entre os sócios de cada sociedade empresarial, como alegado pela recorrente, por si só, não perfaz justo motivo para se considerar que tais licitantes integrem o mesmo "*grupo econômico*", inclusive por obediência ao princípio constitucional da legalidade (art. 5º, inciso II, CR), haja vista que não há norma que proíba tal situação ou a estabeleça como requisito para configuração de "*grupo econômico*".

Doutra parte, em face da premissa de "*presunção de inocência*" insculpida em nossa Carta Magna (art. 5º, inciso LVII, CF/88), a simples existência de vínculo de parentesco entre sócios que compõe distintamente aquelas sociedades empresariais não perfaz razão suficiente para se deduzir que a recorrida teria agido em conluio na licitação; até porque a análise da própria dinâmica da fase de lances é suficiente para se constatar que não houve quaisquer prejuízos à competitividade, e muito menos qualquer vantagem para a recorrida.

Nesse diapasão, oportuno citar decisões, em sede de Exame Prévio de Edital, nos autos dos TCS-000814/989/15, 000836/989/15 e 000851/989/15, do TCESP, que se determinou a retirada de dispositivo editalício que vedava a participação no

---



torneio então examinado de *“empresas cujos representantes legais, gerentes, administradores ou sócios administradores tenham vínculos de parentesco consanguíneos ou por afinidade, até o terceiro grau com representantes legais, administradores, gerentes ou sócios administradores de outra empresa que pretenda participar do presente certame licitatório”*, porquanto considerado que tal exigência extrapolava o disposto nos artigos 27 a 31 c.c. artigo 9º, todos da Lei nº 8.666/93.

Observa-se, ainda, que a empresa ROSSO ABATEDOURO LTDA, alega que os lotes 57,58,59,60,61 e 64 os preços estavam inexequível e que poderia agir como “coelho”. Ora, se isso fosse verídico a ROSSO ABATEDOURO LTDA não seria segunda colocada, e os documentos de ambas as empresas ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA E 56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES, foi considerada habilitadas e nenhum item foi solicitado declínio da proposta para outra assumir, além do mais foi a concorrência da empresa ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA que deu o caráter competitivo, abaixando os preços e mantendo as ofertas de lances, então é de estranhar as alegações da ROSSO ABATEDOURO LTDA.

Portanto, a recorrente apoia-se em mera presunção de que a inexequibilidade teria sido produzida para oferecer caminho à recorrida sagrar-se vencedora do certame. Porém, a recorrente olvidou de elencar qual seria o ponto específico da inexequibilidade e o seu nexo causal com a ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA.

Ademais, não se pode olvidar, **que a recorrida sempre teve melhor preço do que a recorrente**, o que contraria qualquer prejuízo a administração, pelo contrário, a administração foi favorecida pelo amplo espectro de empresas participantes e nenhum momento a ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA PEDIU DESISTÊNCIA DO ITEM OU FALTOU DOCUMENTOS PARA A SUPORTAR EMPRESA EM CONCLUÍR SER BENEFICIADA.

Em outras palavras, no caso concreto, não há que se apontar prejuízo à isonomia, nem tampouco à economicidade, mesmo porque houve participação de outras empresas.

Ora, não se vislumbra, nesse procedimento, que a recorrida tenha almejado algum ganho ilícito. Não resta configurada, portanto, a fraude. E, inclusive, ao final, a proposta vencedora foi a mais vantajosa para o Município de São José das Palmeiras.



---

A recorrida não tem condições de tecer qualquer comentário sobre a inexecutabilidade da proposta, visto que tal questão é de responsabilidade daquela empresa. Contudo, sobre a sua própria proposta, a recorrida evidencia ser a mais vantajosa, sendo que nenhuma fraude foi perpetrada, não passando de ilações e suposições da recorrente inconformada com o resultado da licitação.

Denota-se, que não houve desistência da licitação por parte da empresa ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA, E COMO EMPRESA IDONEA ASSUMIMOS OS PREÇOS PROPOSTOS E COM OS DOCUMENTOS TODOS EM DIAS PARA HABILITAÇÃO.

Outrossim, o processamento da licitação, nos termos do Edital foi julgado pelo critério de menor preço por item, mediante modo de disputa aberto e de forma eletrônica e sem previsão dos 10% como nas licitações presenciais, então é até difícil entender as inalações da ROSSO ABATEDOURO LTDA, no que tange a algum benefício ilegal que poderia ocorrer.

Portanto, tratando-se de proposta, não existe qualquer elemento que possa concluir que as duas empresas mais bem classificadas de alguma forma concertaram a alegada fraude. É pura retórica da recorrente que não se conforma com o fato de que a sua proposta de lances e seus custos são maiores que nossa empresa, nos oferecemos o melhor preço e mantemos nossos preços, se a empresa quer ganhar alguma coisa em licitação deve rever seus custos e preços e não querer ganhar no “tapetão”.

E mais, diante da modalidade de licitação, a recorrente não explicou como a recorrida teria preço inferior ao dela (recorrente), quando então sobram as duas na disputa, visto que desde o início a recorrente apresentou proposta superior às duas primeiras classificadas.

A atuação conjunta de empresas é uma situação de fato, que deve ser dirimida com base em elementos robustos. In casu, tem-se ilações sem apresentação sequer de indício de atuação conjunta.

Ora, se nem mesmo a coincidência de um mesmo sócio em duas empresas que participem do mesmo certame é capaz de configurar por si só

---





ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA  
Rua Cuiabá, 299, Industrial, Céu Azul, Paraná CEP 85840-000  
CNPJ: 13.758.224/0001-09 IE: 90560503-85 ( 45 ) 32661965  
DISTRIBUIDORAODALAN@GMAIL.COM

---

qualquer ilação de fraude, o que se dirá do caso concreto em que não existe qualquer interdependência entre as empresas.

Há apenas ilação da atuação conjunta da recorrida e da empresa, unicamente, com base na relação de parentesco dos sócios. Isso não é sequer indício, uma vez que é vedada, por exemplo, impedir, através de estipulação no próprio edital, que empresas que possuam sócios com relação de parentesco no quadro societário participem do certame, conforme jurisprudência do TCU (Acórdão nº 2.431/2011- Plenário).

Desta maneira, deve ser refratada a débil tentativa de tumulto do certame da recorrente.

**Cumpre destacar que a boa-fé é presumida e a má-fé deve ser comprovada.** A má-fé não se presume, devendo ser demonstrada de maneira clara e inequívoca, não se desincumbindo a recorrente, do ônus de comprovar a ocorrência de fraude, não havendo, pois, como se acolher à tese de conluio.

E, mesmo **na remota hipótese** de entender tratar de um grupo econômico/familiar, o que de fato não é, ainda assim, em razão do princípio da legalidade a que se acha adstrita a Administração, inadmissível a desclassificação da recorrida sob esse singelo argumento, sem qualquer comprovação de violação aos princípios norteadores dos certames licitatórios.

Não existe qualquer elemento probatório, ou até mesmo indiciário, no sentido de que a recorrida tivesse algum conhecimento sobre a proposta da empresa Vitória Régia.

Como cediço, não é lícito à Administração dar interpretação ampliativa a normas legais restritivas de direitos dos administrados.

A Constituição Federal apenas permite exigências indispensáveis à garantia de cumprimento das obrigações (art. 37, XXI) e a legislação específica apenas autoriza a vedação de participação de empresas consorciadas, nada tratando acerca de empresas de um mesmo grupo econômico ou familiar.

Ademais, há proteção constitucional ao direito de propriedade, delivre associação, de livre concorrência e de liberdade de exercício de atividade econômica.

---





ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA  
Rua Cuiabá, 299, Industrial, Céu Azul, Paraná CEP 85840-000  
CNPJ: 13.758.224/0001-09 IE: 90560503-85 ( 45 ) 32661965  
DISTRIBUIDORAODALAN@GMAIL.COM

---

Aliás, remonta ao Código Civil de 1916 o conceito de que “as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros” (art. 20), pelo que a empresa não se confunde com seus donos.

Nesse sentido, serem as empresas de um mesmo grupo econômico, não as torna a mesma pessoa jurídica.

Neste sentido é a lição de ADILSON ABREU DALLARI quando afirma ser “*perfeitamente normal que grupos econômicos constituam diversas empresas, por razões comerciais e especialmente tributárias. Cada empresa deve ser considerada como uma pessoa jurídica distinta da pessoa dos seus sócios*” (Apresentação de propostas por empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico. In: Revista Trimestral de Direito Público, 34/2001. Malheiros Editores, pág. 7)

O assunto não é novo e já passou pelo crivo do mestre HELY LOPES MEIRELLES, que ao comentar o art. 6º, II, do Decreto nº 73.140/73, substituído posteriormente pela Lei de Licitações, assim pontificou:

“(…) a vedação não abrange terceiros, ainda que moralmente possam ter interesse na licitação, como os chamados 'grupos econômico-financeiros', que controlam várias empresas, com personalidades jurídicas distintas; ou sócios de mais de uma sociedade, mesmo porque, neste caso, a Lei é clara ao dizer que este, como pessoa jurídica, não se confunde com as pessoas físicas ou jurídicas que as integram, ou, em outras palavras, aquela e estas tem existência distinta (Código Civil, art. 20). Vê-se, pois, que a proibição do regulamento é de que o mesmo concorrente (pessoa física ou jurídica) participe de mais de uma vez em uma mesma licitação, isoladamente ou em consórcio, ou integrando mais de um consórcio. O dispositivo regulamentar não impede que pessoas jurídicas distintas, ainda que tenham alguns acionistas comuns, participem da mesma licitação. O que a norma vedarepita-se é que a mesma pessoa se apresente mais de uma vez na mesma licitação” (Estudos e Pareceres de Direito Público, v. III, pág. 208).

Nesse sentido, segue o saudoso administrativista, “*não poderão ser impedidas pela Administração de participar individualmente em determinada concorrência, que não admita consórcio, empresas que por disposição legal ou contratual considera componentes de um mesmo grupo de empresas, desde que demonstrem sua plena qualificação pessoal, isto é, que possuem personalidade jurídica, capacidade técnica e idoneidade financeira próprias. Qualquer disposição do Edital nesse sentido seria nula, por afrontar o princípio da universalidade da concorrência*” (fls. 126).

O TCU (Acórdão 2.241/2012 - Plenário) claramente reconhece a existência de independência entre as personalidades jurídicas das empresas que

---

formam um mesmo grupo econômico. Tanto é que permite a concessão de atestados técnicos entre empresas nessa situação, por exemplo:

“(…) Sobre os motivos pelos quais considerou insuficiente o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda., a afirmação da Alive de inviabilidade do atestado de capacidade técnica por ter sido emitido por empresa do mesmo grupo econômico não prospera. Em primeiro lugar, porque não há vedação na Lei nº 8.666/93 e nem no edital da licitação. Em segundo lugar, porque o art. 266 da Lei 6.404/76 estabelece que as sociedades (controladora e controlada) conservam a personalidade e patrimônios distintos, além de ser um princípio da contabilidade: o princípio da entidade. Assim, não se misturam transações de uma empresa com as de outra. Mesmo que ambas sejam do mesmo grupo econômico, respeita-se a individualidade de cada uma.”

No caso vertente, da análise da documentação dos autos extrai-seserem as empresas pessoas jurídicas distintas que funcionam normalmente, têm vida própria e sedes distintas.

A desclassificação apenas seria cabível na hipótese de comprovada fraude ou conluio entre as empresas para frustrar o caráter competitivo do certame, o que não aconteceu na espécie.

Em se tratando de empresas reais e diversas entre si, com funcionamento autônomo, não há falar em violação aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, pois ausente na espécie conduta que se amolde ao tipo previsto no art. 90 da Lei nº 8.666/93 ou o previsto no art. 337-F da Lei nº 14.133/2021.

Assim, ao invés da recorrente se preocupar em atacar a idoneidade da recorrida, deveria melhorar os seus argumentos, visto que nem de longe se observa qualquer ato irregular que justificasse o provimento do recurso.

A resposta para as indagações da recorrente é simples: Exatamente por não se tratar de grupo econômico que as propostas são diferentes e não possuem correlação. O raciocínio da recorrente, em verdade, litiga contra ela.

Por fim, ao analisar o caso, salienta-se que, não restou evidenciado que a recorrida possuía prévio ajuste para burlar a competitividade do procedimento. Até porque, o parentesco, por si só, não representa, necessariamente, fraude à concorrência a ser mantida pelas empresas. Uma vez que o vínculo familiar não afronta quaisquer dos princípios da Administração Pública.



ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA  
Rua Cuiabá, 299, Industrial, Céu Azul, Paraná CEP 85840-000  
CNPJ: 13.758.224/0001-09 IE: 90560503-85 ( 45 ) 32661965  
DISTRIBUIDORAODALAN@GMAIL.COM

---

### 3. DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer que seja **NEGADO PROVIMENTO** ao presente recurso administrativo, por ausência de fundamentos legais, devendo ser mantida a classificação da recorrida ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA, visto que cumpriu com todos os ditames do Edital.

Termos em que, pede-se deferimento.  
Céu Azul, 24 de Setembro de 2024

ODAIR STEFAN  
NUNES:02231726  
939

Assinado de forma digital por  
ODAIR STEFAN  
NUNES:02231726939  
Dados: 2024.09.24 09:57:15  
-03'00'

ODALAN TRANSPORTES  
E DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ 13.758.224/0001-09  
ODAIR STEFAN NUNES  
CPF 02231726939  
RG 7209215-5





## **PARECER JURÍDICO**

**Assunto:** Análise de Recurso Administrativo

**Requerente:** Rosso Abatedouro Ltda. x Odalan Transportes e Distribuidora Ltda.

**Pregão Eletrônico n.º:** 034/2024

**Data:** 01 de outubro de 2024.

### **I – Síntese dos Fatos:**

Retorna o caderno licitatório para análise jurídica de recurso apresentado pela empresa Rosso Abatedouro Ltda., no qual afirma que as empresas “Odalan Transportes e Distribuidora Ltda.” e “Elias Evaldo Nunes” fazem parte do mesmo grupo econômico, e que supostamente evidenciaria um conluio/cartel, pois estaria atentando aos princípios da administração pública, bem como o caráter competitivo do certame.

Em contrarrazões, a empresa “Odalan Transportes e Distribuidora Ltda.”, representada pelo Sr. Odair Stefan Nunes, disse que “inexiste qualquer elemento que possa concluir que as duas empresas mais bem classificadas de alguma forma concertaram a alegada fraude”, além disso, diz que “é pura retórica da recorrente que não se conforma com o fato de que a sua proposta de lances e seus custos sem maiores que nossa empresa, nos oferecemos o melhor preço e mantemos nossos preços, se a empresa quer ganhar alguma coisa em licitação deve rever seus custos e preços e não querer ganhar no “tapetão”.

Pois bem.

Em síntese estes são os fatos e fundamentos trazidos pelas empresas participantes, de modo que passarei a fundamentar o parecer pontualmente.

### **II – Dos Fundamentos Jurídicos:**

#### **II.I. Da Suposta Existência de Grupo Econômico:**

Nem a Lei nº 8.666/1993, nem a sua sucessora, a Lei nº 14.133/2021, e muito menos a Lei nº 13.303/2016, trataram expressamente sobre a hipótese de, num mesmo certame, estarem a competir empresas de um mesmo grupo econômico ou cujos sócios em comum tenham relação de parentesco.

Bom, de imediato diga-se que o Tribunal de Contas da União entende que a participação em processo licitatório de empresas do mesmo grupo econômico ou cujos sócios em comum tenham relação de parentesco não constitui, só por si, irregularidade.

Neste sentido:

“Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia entre as licitantes. A demonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócio sem comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação (...)” (TCU, Acórdão 2803/2016 – Plenário, Representação, Relator Ministro Substituto André de Carvalho)



Essa também é a conclusão de Marçal Justen Filho ao examinar a participação, em uma mesma licitação, de empresas do mesmo grupo por intermédio de consórcios distintos:

“Uma questão que tem merecido discussão acentuada relaciona-se com a participação numa mesma licitação, por meio de consórcios distintos, de empresas integrantes de um mesmo grupo de fato. A hipótese verifica-se quando existem vínculos de natureza societária entre empresas participantes de consórcios diversos disputam uma mesma licitação. Adota-se o entendimento de que essa solução não deriva diretamente do texto legislativo. Se essa fosse a intenção legislativa, outra teria sido a redação adotada para o dispositivo. Somente se pode adotar essa solução por meio da teoria da desconconsideração da pessoa jurídica, superando-se a distinção subjetiva inerente à titularidade de personalidades jurídicas próprias e autônomas. Não se contraponha que a existência de vínculos de controle acarretaria a atuação concertada das duas empresas para frustrar a competitividade. Esse raciocínio é improcedente, eis que se funda num pressuposto defeituoso. O problema fundamental exposto no argumento consiste na atuação concertada entre duas ou mais empresas. Ora, esse tipo de conduta não está adstrito à existência de vínculos societários entre duas sociedades. Trata-se de uma questão de fato, não de direito. Duas empresas não vinculadas entre si por relações societárias podem compor-se de modo reprovável para frustrar a competitividade de uma licitação. Isso deverá ser reprimido. Não existe qualquer fundamento para presumir que duas empresas atuariam de modo reprovável simplesmente pela existência de vínculo societário entre elas. É evidente que o vínculo societário pode incrementar o risco, mas também é perfeitamente cabível que sejam adotadas providências destinadas a evitar riscos dessa ordem. Também não caberá afirmar que as empresas vinculadas societariamente adotariam condutas destinadas a beneficiar uma dentre elas. Essa prática é expressamente reprimida pela Lei das S.A, tanto na dimensão do exercício do poder de controle como no tocante ao desempenho da atividade dos administradores (art. 245), que apenas admite a solução quando houver um grupo chamado “de direito” – aquele que se estrutura mediante uma convenção grupal, hipótese extremamente rara na prática brasileira (art. 265)” (grifou-se).<sup>1</sup>

Destarte, ao participarem em um mesmo certame, empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico não podem ser, de plano, afastadas da disputa sem maiores diligências e justificativas, que evidenciem que a atuação dessas empresas está direcionada para prejudicar a competitividade do certame.

Nessa linha, o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO LICITANTES EMPRESAS DE UM MESMO GRUPO ECONÔMICODESCLASSIFICAÇÃO ILEGALIDADE. 1. Inexiste vedação legal à participação de empresas de um mesmo grupo econômico em procedimento licitatório. Inadmissibilidade de interpretação ampliativa a normas legais restritivas de direitos dos administrados. 2. Não podem ser impedidas de participar individualmente em licitação empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico, presentes elementos comprobatórios de sua plena qualificação pessoal (personalidade jurídica, capacidade técnica e idoneidade financeira próprias), ausente prova de fraude ou conluio para frustrar o caráter competitivo do certame. Desclassificação considerada ilegal. Pedido procedente. Sentença mantida. Recurso desprovido.” (grifou-se)<sup>2</sup>

Da mesma forma, já apontou o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

“APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO.MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. SOCIEDADE EMPRESÁRIA SUSPENSA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APLICAÇÃO PELO ESTADO DE SANTA

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 471

<sup>2</sup> TJSP. Apelação 00224835020098260053 SP.





Procuradoria do Município  
Município de São José das Palmeiras



CATARINA.POSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DOS EFEITOS A OUTRO ENTE FEDERADO. PENALIDADE IMPOSTA À EMPRESA DO MESMO GRUPO ECONÔMICO.PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS, **EMBORA PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO.INEXISTÊNCIA DE CONDUTA IMPRÓPRIA.PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.POSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.** Figura-se inaplicável a desconsideração da personalidade jurídica, quando não foram apurados indícios de fraude, nem constatado o intuito de criação de nova pessoa jurídica para burlar o procedimento administrativo. A penalidade imposta não subsiste. **RECURSO 1 NÃO PROVIDO.RECURSO 2 NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO.**” (grifou-se)<sup>3</sup>

Pois bem. Destaco que após realizado o contraditório, os interessados não impugnaram a informação de que são irmãos e de que integram o mesmo grupo econômico. E após diligências realizadas, quanto a Odair Stefan Nunes, observa-se que também possui a condição de sócio da empresa Mercado Ideal, com endereço na R MOISES VISSOTO, n.º 608, Céu Azul/PR, conforme tela colacionada abaixo:

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 09.268.993-0001-51  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL  
DATA DE EMISSÃO: 12/12/2007

NOME FANTASIA:  
ODAIR S NUNES LTDA

INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE PROFISSÃO:  
MERCADO IDEAL

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS:  
47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados

LISTA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS:  
48.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente  
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho  
47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho  
47.63-8-02 - Comércio varejista de artigos esportivos  
48.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria  
47.61-6-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria  
46.31-1-06 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente  
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas  
47.51-2-02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática  
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática  
48.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional  
66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras  
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)  
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico  
47.44-8-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas  
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos  
47.53-8-90 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo  
47.55-0-01 - Comércio varejista de equipamentos para escritório  
47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas  
47.56-2-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios

TIPO DE REGISTRO DA EMPRESA:  
200-2 - Sociedade Empresária Limitada

RAZÃO SOCIAL:  
R MOISES VISSOTO

NUMERO: 608

LOCAL: CEU AZUL

CEP: 85.640-000

UF: PR

INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE PROFISSÃO:  
XML.SUPERMERCADOIDEAL@GMAIL.COM

INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE PROFISSÃO:  
(66) 9935-7725

SITUAÇÃO CADASTRAL:  
ATIVA

DATA DE EMISSÃO:  
12-12-2007

Quanto a Elias Evaldo Nunes, nota-se que seu CNPJ também possui registro no mesmo endereço, vejamos a tela colacionada abaixo:

<sup>3</sup> TJPR. REEX: 15670569 PR 1567056-9 (Acórdão), Relator: Nilson Mizuta, Data de Julgamento: 01/11/2016, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1924 18/11/2016.





Procuradoria do Município  
Município de São José das Palmeiras



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 56.212.662/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE EMISSÃO 01/08/2024
---	---	-------------------------------

NOME COMPLETO  
56.212.662 ELIAS EIVALDO NUNES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORT  
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues  
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas  
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios  
47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda  
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal  
10.91-1-01 - Fabricação de produtos de panificação industrial  
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios  
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática  
47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armário  
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos  
47.55-6-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho  
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo  
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas  
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
213-5 - Empresário (Individual)

ENDEREÇO  
10 R RUA MOISES VISSOTO

NÚMERO  
608

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CNPJ  
85.840-000

BAIRRO/LOCALIDADE  
IGUAÇU

MUNICÍPIO  
CEU AZUL

UF  
PR

E-MAIL  
ELIASNUNESMOTION@GMAIL.COM

TELEFONE  
(45) 9158-8695

DATA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL  
01/08/2024

Portanto, além da ausência de impugnação, observa-se que **existem indícios críveis e provas robustas de que ambas empresas integram o mesmo grupo econômico.**

Portanto, podemos concluir o seguinte: desde que inexistam outros elementos além da participação por si só em processo licitatório de empresas do mesmo grupo econômico ou cujos sócios em comum tenham relação de parentesco (algo que precisa ser apurado pelos responsáveis pela condução do processo de licitação), não haverá ilegalidade no certame.

Ao analisar atentamente o caso em concreto, compreendo que seja necessário uma análise de tais disputas, **por amostragem**, considerando o grande volume de lotes, a fim de se verificar se o comportamento de ambas empresas ensejou direta ou indiretamente a manipulação de resultados e valores, vejamos:

#### Lote 1

MOVIMENTOS DO LOTE		
02/09/2024 08:32:38	PUBLICADO	
02/09/2024 10:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS	
16/09/2024 08:10:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS	
16/09/2024 08:41:33	DISPUTA	
16/09/2024 08:41:33	LANCE	CINCO MB TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA (PARTICIPANTE 207) 50,00
16/09/2024 08:41:33	LANCE	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 364) 5,96
16/09/2024 08:41:33	LANCE	56.212.662 ELIAS EIVALDO NUNES (PARTICIPANTE 602) 5,96
16/09/2024 08:41:57	LANCE	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 364) 5,95
16/09/2024 08:42:46	LANCE	56.212.662 ELIAS EIVALDO NUNES (PARTICIPANTE 602) 5,94
16/09/2024 08:51:34	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 56.212.662 ELIAS EIVALDO NUNES		
16/09/2024 08:51:34	HABILITAÇÃO	



**Procuradoria do Município**  
**Município de São José das Palmeiras**



**Conclusões:**

- Os lances com diferença de centavos levam a crer que as empresas estejam interpretando falsa concorrência, para dividir o mercado entre elas, o que causa estranheza, já que resta inequívoco que integram o mesmo grupo econômico;
- Em tal lote não é possível constatar a apresentação de proposta deliberadamente mais alta ou mais baixa, para forçar redução de preços de concorrentes;
- Porém, observa-se a apresentação de preços tecnicamente inferiores para garantir que outra empresa vença a licitação, cujo comportamento é chamado de "cobertura" ou "oferta de fachada".
- Não é possível determinar que uma das empresas apresentou uma proposta com erros propositais ou documentação incompleta, facilitando a desclassificação da mesma e garantindo a vitória da outra.
- É possível constatar que uma empresa está oferecendo lances mais baixos de maneira progressiva ou estratégica, permitindo que outra empresa apresente o menor lance, a fim de interpretar uma disputa convencional.

**Lote 2**

MOVIMENTOS DO LOTE			
02/09/2024 08:32:38	PUBLICADO		
02/09/2024 10:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
16/09/2024 08:10:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
16/09/2024 08:41:34	DISPUTA		
16/09/2024 08:41:34	LANCE	56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES (PARTICIPANTE 158)	12,24
16/09/2024 08:41:34	LANCE	CINCO MB TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA (PARTICIPANTE 415)	50,00
16/09/2024 08:41:34	LANCE	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 874)	12,24
16/09/2024 08:42:30	LANCE	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 874)	12,23
16/09/2024 08:42:58	LANCE	56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES (PARTICIPANTE 158)	12,22
16/09/2024 08:43:25	LANCE	56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES (PARTICIPANTE 158)	12,21
16/09/2024 08:51:34	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES			
16/09/2024 08:51:34	HABILITAÇÃO		

**Conclusões:**

- Os lances com diferença de centavos levam a crer que as empresas estejam interpretando falsa concorrência, para dividir o mercado entre elas, o que causa estranheza, já que resta inequívoco que integram o mesmo grupo econômico;
- Em tal lote não é possível constatar a apresentação de proposta deliberadamente mais alta ou mais baixa, para forçar redução de preços de concorrentes;
- Porém, observa-se a apresentação de preços tecnicamente inferiores para garantir que outra empresa vença a licitação, cujo comportamento é chamado de "cobertura" ou "oferta de fachada".
- Não é possível determinar que uma das empresas apresentou uma proposta com erros propositais ou documentação incompleta, facilitando a desclassificação da mesma e garantindo a vitória da outra.
- É possível constatar que uma empresa está oferecendo lances mais baixos de maneira progressiva ou estratégica, permitindo que outra empresa apresente o menor lance, a fim de interpretar uma disputa convencional.

**Lote 3**





Procuradoria do Município  
Município de São José das Palmeiras



16/09/2024 08:41:34	DISPUTA	
16/09/2024 08:41:34	LANCE	JCN COMERCIO DE ALIMENTOS EM GERAL LTDA (PARTICIPANTE 594) 34,01
16/09/2024 08:41:34	LANCE	CINCO MB TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA (PARTICIPANTE 463) 50,00
16/09/2024 08:41:34	LANCE	56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES (PARTICIPANTE 195) 34,01
16/09/2024 08:41:34	LANCE	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 997) 34,01
16/09/2024 08:42:09	LANCE	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 997) 34,00
16/09/2024 08:44:49	LANCE	56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES (PARTICIPANTE 195) 33,98
16/09/2024 08:51:34	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES		
16/09/2024 08:51:34	HABILITAÇÃO	

Conclusões:

- Os lances com diferença de centavos levam a crer que as empresas estejam interpretando falsa concorrência, para dividir o mercado entre elas, o que causa estranheza, já que resta inequívoco que integram o mesmo grupo econômico;
- Em tal lote não é possível constatar a apresentação de proposta deliberadamente mais alta ou mais baixa, para forçar redução de preços de concorrentes;
- Porém, observa-se a apresentação de preços tecnicamente inferiores para garantir que outra empresa vença a licitação, cujo comportamento é chamado de "cobertura" ou "oferta de fachada".
- Não é possível determinar que uma das empresas apresentou uma proposta com erros propositais ou documentação incompleta, facilitando a desclassificação da mesma e garantindo a vitória da outra.
- É possível constatar que uma empresa esta oferecendo lances mais baixos de maneira progressiva ou estratégica, permitindo que outra empresa apresente o menor lance, a fim de interpretar uma disputa convencional.

Lote 008

MOVIMENTOS DO LOTE		
02/09/2024 08:32:38	PUBLICADO	
02/09/2024 10:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS	
16/09/2024 08:10:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS	
16/09/2024 08:41:35	DISPUTA	
16/09/2024 08:41:35	LANCE	CINCO MB TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA (PARTICIPANTE 219) 50,00
16/09/2024 08:41:35	LANCE	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 155) 7,06
16/09/2024 08:41:35	LANCE	56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES (PARTICIPANTE 564) 7,06
16/09/2024 08:41:49	LANCE	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 155) 7,05
16/09/2024 08:44:11	LANCE	56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES (PARTICIPANTE 564) 7,04
16/09/2024 08:51:35	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 56.212.662 ELIAS EVALDO NUNES		
16/09/2024 08:51:35	HABILITAÇÃO	

Conclusões:

- Os lances com diferença de centavos levam a crer que as empresas estejam interpretando falsa concorrência, para dividir o mercado entre elas, o que causa estranheza, já que resta inequívoco que integram o mesmo grupo econômico;
- Em tal lote não é possível constatar a apresentação de proposta deliberadamente mais alta ou mais baixa, para forçar redução de preços de concorrentes;
- Porém, observa-se a apresentação de preços tecnicamente inferiores para garantir que outra empresa vença a licitação, cujo comportamento é chamado de "cobertura" ou "oferta de fachada".
- Não é possível determinar que uma das empresas apresentou uma proposta com erros propositais ou documentação incompleta, facilitando a desclassificação da mesma e garantindo a vitória da outra.



- e) É possível constatar que uma empresa esta oferecendo lances mais baixos de maneira progressiva ou estratégica, permitindo que outra empresa apresente o menor lance, a fim de interpretar uma disputa convencional.

Destaco que tal comportamento é verificado em outros lotes, e é inegável que tal conduta gera danos graves a imparcialidade, impessoalidade, moralidade e a probidade da disputa.

Neste sentido, não é demais recordar que o Edital prevê cláusulas antifraude e anticorrupção, a qual esta disposta no item 33.1., a qual diz no item b e c, vejamos:

- b) **"Prática fraudulenta":** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **"Prática colusiva":** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

Portanto, diante da postura adotada pelos participantes, compreendo que manutenção das empresas compromete diretamente a probidade do certame e macula a legalidade do edital.

### III – CONCLUSÃO:

Diante dos fundamentos expostos, esta procuradoria sugere as seguintes providências:

A desclassificação das empresas "Odalan Transportes e Distribuidora Ltda." e "Elias Evaldo Nunes", em razão da violação do item 33.1 do Edital.

Este é o parecer.

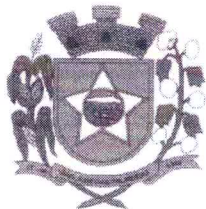
São José das Palmeiras, 03 de outubro de 2024.

HERBERT  
CORREA BARROS

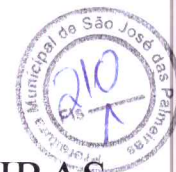
Assinado de forma digital por  
HERBERT CORREA BARROS  
Dados: 2024.10.03 17:09:53  
-03'00'

HERBERT CORREA BARROS  
OAB/PR n.º 51.127  
PROCURADOR DO MUNICÍPIO





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



## DESPACHO

**PROCESSO LICITATÓRIO: 058/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 034/2024**

**OBJETO:** Aquisição de alimentos e produtos de higiene e limpeza para atender as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Diante do exposto no Processo Licitatório 058/2024 Pregão Eletrônico 034/2024, informo que ACATO o Parecer Jurídico, quanto ao recurso interposto pela empresa ROSSO ABATEDOURO LTDA e contrarrazões de recurso apresentado pela empresa ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA.

Encaminho ao Prefeito Municipal para a decisão final.

São José das Palmeiras, 04 de outubro de 2024.

  
**CLAUDINEI FERREIRA**  
Pregoeiro



## DESPACHO

**PROCESSO LICITATÓRIO: 058/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 034/2024**

**OBJETO:** Aquisição de alimentos e produtos de higiene e limpeza para atender as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Consta Recurso administrativo e suas razões da empresa **Rosso Abatedouro Ltda** e contrarrecurso e suas razões da empresa **Odalan Transportes E Distribuidora Ltda**, Parecer Jurídico do senhor Procurador do Município, despacho do senhor Pregoeiro.

Assim, devidamente analisados os documentos que embasam o recurso e contrarrecurso e o teor, considerando as disposições legais estabelecidas pela norma de regência, Lei 14.133/2021, RECONHEÇO o recurso administrativo interposto pela empresa **Rosso Abatedouro Ltda** e no mérito decido pelo seu **PROVIMENTO**, mantendo a decisão do Senhor Pregoeiro.

Comunica-se a parte interessada.

São José das Palmeiras, 04 de outubro de 2024.

NELTON BRUM  
Prefeito Municipal.